

# FÓRUM

n a c i o n a l

## Direitos Fundamentais e Cidadania

14 | 15  
OUTUBRO  
2013

Costa da Caparica  
INATEL



INATEL

**RELATÓRIO DE CONCLUSÕES**

## Índice

	<b>Página</b>
1. Enquadramento	3
2. Definição de objetivos e metodologia	4
2.1. Objetivos	4
2.2. Destinatários	4
2.3 Metodologia	4
3. Teatro – Fórum	8
4. Programa	10
4.1 Sessão de Abertura	11
4.2 Conclusões dos grupos de trabalho	12
5. Avaliação	15
6. Conclusão Final	18

### Anexos:

Documento Síntese CCL

Distribuição dos Grupos de Trabalho

Listagem de Participantes

Documento de Conclusões (enviado à Comunicação Social)

Mensagem EAPN Portugal 17 outubro 2013

## 1. ENQUADRAMENTO

A propósito das comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza – 17 de outubro, a EAPN Portugal tem apostado desde 2009 numa estratégia de visibilidade (ex.: Fóruns Nacionais), procurando, desenvolver um conjunto de iniciativas, para que a data seja de facto um marco na luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Temos procurado promover a cidadania e a participação das pessoas que vivem ou viveram em situação de pobreza e/ou exclusão social, particularmente entre os grupos sociais mais desfavorecidos. Este desígnio encontra-se na raiz do pensamento e da filosofia de atuação da EAPN (*“Dar voz às pessoas que normalmente não a têm, em quase nenhuma circunstância”*) e tem vindo a materializar-se através da promoção e desenvolvimento de movimentos de cidadania, quer a nível distrital – através dos grupos locais de pessoas em situação de pobreza – quer a nível nacional, com a constituição do Conselho Consultivo Nacional, e ainda a nível europeu, com a participação no Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza e de Exclusão Social.

De acordo com a temática do Ano Europeu vigente considera-se importante que, num contexto de plena austeridade e perda de direitos sociais, se acentue o papel relevante que os cidadãos assumem na defesa dos direitos humanos, sobretudo das pessoas que se encontram em situação de maior fragilidade.

A EAPN Portugal pretende, a partir do contexto atual, suscitar o debate interno e a reflexão crítica por parte dos mais vulneráveis em torno dos direitos fundamentais dos cidadãos e a construção de uma sociedade que respeita e tem presentes esses mesmos direitos. Neste sentido, promovemos o **V Fórum Nacional Direitos Fundamentais e Cidadania**, que decorreu na Costa da Caparica, nos dias 14 e 15 de outubro, assinalando assim o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

Não sendo a primeira vez que a EAPN Portugal organiza um Fórum de nível nacional, procurou-se uma vez mais este ano consolidar uma metodologia (explicada no ponto seguinte), que assenta na realização de um trabalho prévio, continuado, que parte da auscultação do Conselho Consultivo Nacional e dos Grupos Locais dando oportunidade ao cidadão comum de expressar a sua opinião sobre determinada temática relacionada com a pobreza e a exclusão social, garantindo que a mesma seja trabalhada e traduzida numa mensagem conjunta que a EAPN Portugal se compromete a devolver junto da sociedade civil, por um lado, e junto dos decisores/responsáveis políticos, envolvendo-os num debate mais alargado de apresentação de propostas concretas.

O presente documento resulta da realização do V Fórum Nacional e tem como objetivo principal, resumir os principais conteúdos da iniciativa e por outro lado, dar conta da avaliação que os elementos que integram as estruturas de participação criadas pela EAPN Portugal fazem sobre o trabalho que têm vindo a desenvolver e quais as orientações e estratégias para dar continuidade a este trabalho de participação.

## **2. DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS E METODOLOGIA**

### **2.1. Objetivos**

Tendo presente o contexto do agravamento da crise económica e financeira em que os empregos são ainda mais escassos, os benefícios sociais mais reduzidos e existe uma deterioração da qualidade de vida para muitas pessoas em situação de pobreza e exclusão social, a EAPN Portugal pretendeu, com este V Fórum Nacional, promover a participação de cidadãos que vivem (ou viveram) em situação de pobreza e/ou exclusão social, que integram o Conselho Consultivo Nacional (CCN) e os Grupos Locais da nossa organização, através da partilha de conhecimentos e da apresentação dos trabalhos por estes realizados nos 18 distritos do país. Neste encontro as pessoas em situação de pobreza tiveram a oportunidade de descrever os principais problemas e apresentar propostas concretas tendo presente as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e ao emprego.

Em termos mais específicos, pretendeu-se:

- ▶ Reconhecer o direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viverem com dignidade e a participar plenamente na sociedade;
- ▶ Auscultar as pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social, sobre os vários sistemas com que interagem no seu quotidiano, promovendo o direito a serem escutadas em temas que diretamente influenciam a sua vida;
- ▶ Ativar competências pessoais e sociais através da criação de um espírito de proximidade e de equidade entre todos os participantes promovendo a participação cívica.
- ▶ Promover o diálogo entre entidades públicas com responsabilidade nas diversas áreas da intervenção e as opiniões, críticas e desejos das Pessoas em Situação de Pobreza.
- ▶ Dar visibilidade à temática da luta contra a pobreza e a exclusão social

### **2.2. Destinatários**

Os principais destinatários desta iniciativa foram os membros dos Grupos Locais da EAPN Portugal, pessoas que vivem em situação de pobreza e/ou exclusão social, pertencentes a estes grupos de trabalho no seio da EAPN Portugal. Estiveram presentes cerca de **80** indivíduos provenientes dos 18 distritos do país. **(ver Listagem de Participantes em anexo).**

### **2.3. Metodologia**

O V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social, decorreu a 14 e 15 de outubro de 2013, no INATEL da Costa da Caparica.

### **A) Trabalho prévio dos Grupos Locais**

Este ano considerou-se pertinente definir apenas um único tema comum a todos os grupos locais, permitindo no próprio dia do Fórum o intercâmbio e a discussão entre os vários grupos, assim como a distribuição dos vários elementos dos Grupos Locais pelos 4 grupos de trabalho. Assim, a sugestão para o V Fórum foi envolver os 18 Grupos Locais numa reflexão conjunta sobre **Direitos Fundamentais e Cidadania**. Neste sentido, foram recolhidos junto dos grupos contributos concretos tendo presentes 4 questões:

- 1. Com é que o contexto de crise influencia a vossa vida no dia-a-dia?**
- 2. Qual o orçamento de referência para uma vida digna?**
- 3. Que recursos (materiais e imateriais) podemos mobilizar para garantir o bem-estar comum?**
- 4. Que estratégias devemos implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?**

As reuniões deste trabalho preparatório decorreram entre junho e setembro, tendo sido promovidas e dinamizadas pelo técnico de cada núcleo distrital. Após a realização destas reuniões, o técnico do núcleo enviou um documento-síntese com o trabalho desenvolvido nos Grupos Locais ao Departamento de Desenvolvimento e Formação no sentido de ter uma visão global sobre o trabalho efetuado em cada distrito. Feito isto, o Departamento elaborou um documento prévio com algumas questões-chave para discussão, reflexão e aperfeiçoamento durante o Fórum. **(ver Documento Síntese CCL em anexo)**.

### **B) Grupos de trabalho – 14 de outubro**

O V Fórum Nacional foi dedicado à discussão das propostas de cada grupo local em grupos mais alargados, de acordo com a distribuição dos elementos pelos 4 grupos existentes. Pese embora estivesse inicialmente pensado recorrer-se à metodologia world café – pois permitiria que todas as delegações fossem distribuídas pelos grupos existentes e que pudessem rodar por todos os temas, permitindo o intercâmbio e a troca de experiências entre os distritos – foi entretanto decidido realizar apenas grupos fixos com o intuito de ter mais tempo para um maior aprofundamento da discussão e reflexão e oportunidade de participação de todos os elementos.

Através do Documento Síntese com aos contributos de todos os grupos locais, o Departamento de Desenvolvimento e Formação elaborou um guião com as questões-chave para dinamização dos grupos de trabalho.

Mais em pormenor, foram constituídos 4 grupos de trabalho que procuraram dar resposta às seguintes questões:

#### **Grupo I – Como é que o contexto de crise influencia o nosso dia-a-dia?**

- Principais áreas afetadas
- Principais pessoas/grupos
- Políticas mais afetadas e a que nível (por exemplo: RSI, Subsídio de Desemprego, entre outras): que tipo de apoios dos sistemas de proteção social estão a ser mais afetados pelo contexto de crise? O sistema de proteção social atualmente vai de encontro às suas necessidades? O que pode dizer sobre as mudanças (no contexto de crise) e como lidou com essas alterações? O apoio do sistema de proteção social permite que participe como igual na sua comunidade/sociedade? Principais dificuldades que identifica?

#### **Grupo II – Qual o orçamento de referência para uma vida digna?**

- O que significa rendimento mínimo adequado?
- O que é ter uma vida digna?
- Quais os principais bens e serviços para as pessoas terem uma vida digna?

#### **Grupo III – Que recursos (materiais e imateriais) podemos mobilizar para garantir o bem-estar comum?**

- Definição (conjunta) de bem-estar comum
- Identificar recursos materiais e imateriais
- Identificar recursos individuais e coletivos

#### **Grupo IV – Que estratégias devemos implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?**

- Principais estratégias que devem ser desenvolvidas
- Principais agentes que devem ser envolvidos

A composição dos 4 grupos só foi definida quando foram reunidas todas as inscrições para o Fórum, de forma a permitir que em cada grupo de trabalho estivesse um representante de cada Grupo Local. Os técnicos da Sede constituíram equipa com os colegas dos Núcleos Distritais, na dinamização/animação dos grupos de trabalho que decorreram no 1º dia. **(Ver Distribuição dos Grupos de Trabalho em anexo).**

A apresentação das suas reflexões e sugestões foi posteriormente apresentada por um porta-voz do grupo em sessão plenária (no dia 15 de Outubro), como descreveremos mais à frente.

### **C) Visitas Institucionais – 15 outubro (manhã)**

Este ano, procurámos introduzir um momento pedagógico no programa do Fórum, através da realização de visitas institucionais desenvolvidas nas seguintes entidades/projetos:



- Centro de Cidadania Ativa da SEIS - Setúbal (Oficinas de Desempregados);
- Casas Primeiro da AEIPS – Lisboa (sem-abrigo);
- Comissão de Moradores do Bairro da Bela Vista - Setúbal (conversa com moradores e visita ao bairro);
- Espaço InterculturaCidade no Bairro Alto (Lisboa).

As visitas foram organizadas mediante inscrição prévia dos participantes (de acordo com os seus interesses) e decorreram durante a manhã do dia 15 de outubro. Esta foi uma atividade muito bem avaliada pelos participantes já que permitiu um conhecimento in loco da intervenção das entidades selecionadas, assim como uma abordagem direta a um conjunto de atores-chaves (utentes/utilizadores/pessoas responsáveis) e à qual daremos continuidade em futuras edições do Fórum.

#### **D) Apresentação de Conclusões - 15 de outubro (tarde)**

Para enriquecer todo o trabalho preparatório realizado ao nível local, decidimos retomar uma ideia (já lançada em 2010) de endereçar o convite a algumas comissões parlamentares, à representação da U.E. em Portugal e eventuais elementos da comunicação social para estarem presentes na apresentação das conclusões, permitindo um espaço de diálogo com os participantes no Fórum. Todavia, nenhum deles respondeu favoravelmente ao nosso convite.

A apresentação das reflexões e conclusões esteve a cargo de um porta-voz de cada grupo de trabalho em sessão plenária. Contámos com a presença do Cooordenador do Ano Europeu dos Cidadãos 2013 – João Ascenso – que efetuou um breve enquadramento dos objetivos e prioridades deste ano europeu, bem como um balanço geral do decurso do mesmo em Portugal.



Das conclusões de cada grupo de trabalho resultou um documento conjunto que foi enviado nesse mesmo dia – 15 de outubro – para a comunicação social (**Ver Documento de Conclusões em anexo**).

## **F) Espaço do Cidadão**

Paralelamente ao programa do Fórum, esteve patente nas instalações do INATEL um espaço dedicado aos cidadãos, no qual foram expostos trabalhos realizados localmente pelos grupos (vídeos, produtos, fotografias).

Alguns trabalhos apresentados:



Este espaço compreendia também um painel mural onde foram colocadas frases alusivas à cidadania e à luta contra a pobreza e exclusão social.



## **3. TEATRO-FÓRUM**

No final do dia 14 de outubro, o CCL da Guarda apresentou várias temáticas relacionadas com a pobreza e a exclusão social, tendo como base a metodologia do teatro-fórum. Esta atividade permitiu a reflexão e a discussão sobre essas mesmas temáticas, intitulada “Há dias assim...”





As temáticas abordadas incidiram fundamentalmente nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, nas representações que a sociedade possui relativamente a grupos e pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade social (nomeadamente as pessoas que são beneficiárias de prestações sociais), no atendimento que os serviços públicos prestam, entre outros.

#### 4. PROGRAMA

### 14 Outubro (Segunda-Feira)

12h30 - Chegada dos delegados, check-in e almoço

14h00 - SESSÃO DE ABERTURA

Presidente da EAPN Portugal | *Agostinho Cesário Jardim Moreira*  
Ministro da Solidariedade e da Segurança Social | *Pedro Mota Soares*  
Presidente da EAPN Europa | *Sérgio Aires*

14h45 - Apresentação dos objetivos e da metodologia do Fórum | *Sandra Araújo*  
Apresentação das Conclusões do 12º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza | *Delegados 2013*

15h30 - Grupos de Trabalho\_ Direitos Fundamentais e Cidadania

18h00 Pausa para Café

18h30 Teatro Fórum

20h30 Jantar

### 15 Outubro (Terça-Feira)

09h30 - Visitas Institucionais

13h00 - Pausa para almoço

14h30 - Apresentação das Conclusões dos Grupos de Trabalho (Plenário) e debate com os seguintes convidados:

- Representação do Ano Europeu dos Cidadãos 2013 em Portugal.
- Subcomissão da Igualdade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.
- Comissão da Segurança Social e Trabalho.
- Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação.
- Representação da Comissão Europeia em Portugal

16h30 - Sessão de Encerramento



#### 4.1 Sessão de Abertura

A sessão de Abertura foi presidida por Agostinho Jardim Moreira (Presidente da Direção da EAPN Portugal) e contou ainda com Sérgio Aires (Presidente da EAPN Europa). Contou igualmente com dois elementos dos CCL de Setúbal (Ana Rafael) e de Lisboa (Maria João Neves).



Sandra Araújo, Diretora Executiva da EAPN Portugal, explicitou a organização do evento e a metodologia a adotar nos grupos de trabalho, que não tiveram início sem que antes alguns representantes da delegação portuguesa que participou este ano no 12º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza, em Bruxelas, fizessem uma breve apresentação da sua participação neste encontro. Felisberto Costa, Jorge Cardinali e João Seabra deram conta das principais mensagens que, de forma criativa, procuraram fazer passar neste evento.



## 4.2 Conclusões dos Grupos de Trabalho

Neste ponto são apresentadas as principais conclusões apresentadas pelos porta-vozes de cada grupo de trabalho, que contou com a presença do representante do Ano Europeu dos Cidadãos em Portugal.

### Grupo I – Qual o impacto social da crise no quotidiano dos cidadãos?

Os cidadãos presentes ressaltaram que uma das principais consequências negativas da crise atual é o agravamento do acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente pela ausência de oportunidades mas também por outras condicionantes como a idade, as baixas qualificações e também a falta de reconhecimento de competências.

A saúde foi também uma área mencionada, nomeadamente pela falta de recursos económicos para ter acesso aos principais serviços de saúde, muitos dos participantes referiram ter grandes dificuldades ao nível do pagamento das taxas moderadoras e na compra de medicamentos. Foi também igualmente referida a ausência de oferta de serviços de saúde em algumas regiões do país, nomeadamente do interior.

A crise tem também contribuído para o aumento das doenças do foro psicológico, aumento do consumo de antidepressivos e dos suicídios.

Outro problema identificado pelos participantes foi a diminuição da qualidade da alimentação, a opção hoje passa pela compra de produtos mais baratos, sem ter em consideração uma alimentação mais equilibrada e diversificada, como por exemplo consumo de carne (fundamentalmente frango e porco) em detrimento do



consumo de peixe. Para além deste facto muitos referiram que muitas famílias só conseguem fazer uma refeição quente por dia, sendo esta situação colmatada pelas refeições escolares que são proporcionadas às crianças e jovens em idade escolar.

A habitação foi uma das dimensões abordadas, nomeadamente, a dificuldade em assegurar o cumprimento das rendas ou empréstimos bancários, levando à entrega das casas aos bancos e aumento dos despejos. Esta situação está na origem do regresso de muitos à casa dos

pais, verificando-se uma sobrelotação dos alojamentos.

O enfraquecimento das relações sociais e a quebra das relações de proximidade têm provocado o isolamento e o afastamento das pessoas das suas relações de convivalidade. Por outro lado, assiste-se a um aumento das representações sociais negativas relativamente a determinados grupos da população que já se encontram numa situação de grande vulnerabilidade social como por exemplo, imigrantes, comunidades ciganas, beneficiários do rendimento social de inserção, entre outros.



Entre os grupos de população mais afetados pela crise contam-se as crianças, os jovens, os idosos, os beneficiários do RSI e toda a classe média.

Em relação aos apoios sociais que têm sido alvo de revisões e de grandes cortes foram especialmente referidos os cortes no RSI, considerada uma prestação mínima de cidadania, os cortes no abono de família e as alterações na atribuição do subsídio de desemprego. Acentuando-se uma situação de perda de direitos, agravamento das condições de vida e do exercício da própria cidadania.

#### Algumas mensagens do grupo:

- CUIDADO: A crise agravou a perda dos direitos humanos e do exercício pleno de cidadania!
- PARE: Distribuir e praticar mais valores: igualdade, cidadania, dignidade, humanidade, solidariedade.
- Isto Inclui-nos: a mim, a ti, a TODOS!



#### Grupo II – Qual o orçamento de referência para uma vida digna?



A questão em debate passou por definir o conceito de uma vida digna. Para os participantes viver com dignidade implica ter estabilidade em várias dimensões nomeadamente emocional, espiritual e financeira. Ter dignidade implica ter liberdade, dar uma vida digna aos filhos, ter acesso a uma casa e alimentação condigna.

Foi igualmente referida, a importância de cada cidadão se sentir útil e valorizado socialmente. Para determinar o valor do rendimento mínimo adequado os participantes definiram um conjunto de bens e serviços considerados fundamentais para uma vida digna e não apenas para subsistência. Relativamente ao valor do salário mínimo, foi consensual que o valor em questão: **485€, é manifestamente insuficiente!**

#### Grupo III – Que recursos (materiais e imateriais) podemos mobilizar para garantir o bem-estar comum?

O grupo 3 teve como objetivo a definição comum de bem-estar: Assim, o bem-estar coletivo foi associado ao ter saúde, trabalho e ter segurança económica.

Foi salientada a importância de uma remuneração adequada para permitir ter uma vida digna e fazer face às despesas do dia-a-dia: - Habitação, saúde, alimentação e educação.

Por outro lado, foram identificados outros aspetos que contribuem para o bem-estar comum, como a afetividade familiar e os amigos, as relações sociais e o respeito pelos direitos humanos e sociais.

Em suma, para além da dimensão material do bem-estar, foi evidenciada a dimensão imaterial que passa pelas pessoas se sentirem respeitadas e parte integrante da comunidade.

Foi também sublinhada a importância de as pessoas se sentirem bem com elas próprias e terem disponibilidade para contribuir para o bem-estar comum.

Foram identificados alguns recursos materiais e imateriais que podem ser mobilizados para alcançarmos o bem-estar comum.

Alguns destes recursos são individuais tais como:

- O tempo – Alguns elementos do grupo manifestaram a sua disponibilidade para exercer voluntariado social com jovens, idosos e crianças, em instituições da sua comunidade, salientando no entanto que este deve ser uma opção individual de cada um e que deve ser devidamente enquadrado no trabalho das instituições sendo estas responsáveis pela formação e pelo acompanhamento dos voluntários.
- A troca de conhecimentos e saberes (ex.: bancos de troca de serviços) – na própria comunidade existem recursos que podemos otimizar para contribuir para o bem-estar comum: as escolas e as universidades seniores para a população mais idosa como espaço de aprendizagem e participação social.

Outro recurso são as associações, que atuam em diferentes áreas e com diferentes grupos, permitem ativar a participação das pessoas e contribuem para o bem-estar, comum e individual.

Relativamente aos recursos materiais, necessários para o desenvolvimento do bem-estar comum, foi reforçada a ideia de haver um investimento na criação de empregos em áreas relacionadas com a economia social associadas à promoção de valores positivos e potenciadores da solidariedade e da justiça social.



Outra área focada, foi o aproveitamento dos solos para a agricultura, tais como as hortas comunitárias.

Outra dimensão foi a da habitação, cujo acesso deve ser promovido a preços razoáveis e justos, como forma de possibilitar uma habitação digna para todos (reabilitação de casas devolutas, antigas escolas ou fabricas).



É necessário incentivar uma política de responsabilidade das empresas como por exemplo no combate ao desperdício e na promoção de um código de trabalho justo e de salários dignos que permitam um rendimento adequado para todos.

Numa situação de crise económica e social, o acesso à proteção social deve ser vista como um investimento e não como um custo, de forma a garantir o igual acesso de todos a bens e serviços considerados básicos e fundamentais, como condição essencial para o exercício da cidadania, fator fundamental para a coesão social e para a democracia.

#### Grupo IV – Que estratégias implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?



Relativamente a este grupo, os participantes apresentaram as seguintes estratégias:

- Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização e informação no sentido de combater os estereótipos que existem na sociedade face a determinados grupos e problemáticas sociais. Os participantes referiram, como exemplo, a seguinte expressão: “ Os pobres não são pobres por serem preguiçosos e não quererem trabalhar”.

- Conhecer e apostar no aproveitamento dos recursos que a comunidade dispõe, com o objectivo de fomentar a partilha desses mesmos recursos.

- Reforço do trabalho em rede e em parceria, promovendo igualmente uma gestão eficiente dos recursos existentes.

- Investir na qualificação dos serviços, apostando na formação contínua dos profissionais para que as respostas sociais existentes estejam de acordo com as necessidades efectivas dos cidadãos.

- Apostar numa cultura de participação que promova o exercício de uma cidadania ativa por parte de todos os cidadãos que contrarie a anomia, a indiferença, o individualismo relativamente as problemáticas da pobreza e da exclusão social. No entanto, é igualmente pertinente promover estruturas e mecanismos de participação.

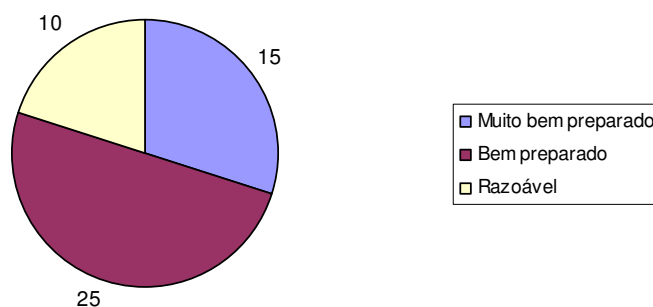
- Responsabilidade e comprometimento por parte de vários atores-chave: meios de comunicação social, poder local e central, empresas e associações, o cidadão comum, entre outros.

## 5. AVALIAÇÃO (PARTICIPANTES)

Estiveram presentes **80 participantes**, no entanto, apenas foram rececionados 50 questionários de avaliação.

Relativamente à sua preparação para o evento, os participantes sentiram-se bem e muito bem preparados. *“Estava tudo bem preparado de acordo com o programa. Foi a 1º vez que participei e penso que estava tudo bem preparado e à altura do evento.”*

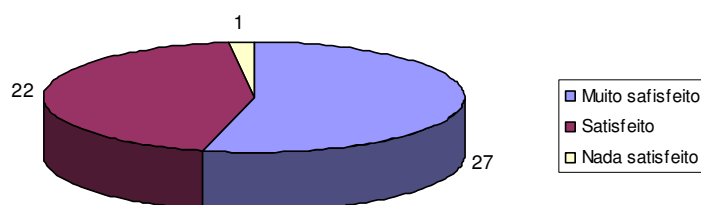
**Gráfico nº. 1 - Preparação dos participantes para o Fórum**



No entanto, 10 participantes referiram como razoável a sua preparação. Esta situação está relacionada com a necessidade de mais tempo para refletir em grupo (Conselho Consultivo Local) as temáticas que serão abordadas no Fórum Nacional – *“Mais tempo de reflexão em conjunto”*. *“É necessário ter mais tempo para a construção de uma delegação mais homogênea em termos de participação, trabalhando o empowerment individual e coletivo”*.

Relativamente ao programa do fórum, a maioria dos participantes manifestou uma grande satisfação relativamente ao evento.

**Gráfico nº. 2 – Percepção dos participantes sobre o evento**



Foram referidos como principais **aspetos positivos** do evento: as visitas institucionais; a interação e a reflexão entre os participantes (grupos de trabalho), a qualidade e a pertinência das intervenções; metodologia de trabalho; atualidade das temáticas abordadas, o teatro fórum, e por último, a pertinência dos temas definidos para o evento. O teatro fórum foi uma das ações que os participantes mais referiram visto

que este se ter constituído como um momento lúdico/pedagógico importante apelando à participação de todos os presentes e desmistificando algumas representações existentes face à pobreza e à exclusão social. Este foi considerado um momento de participação por excelência dinamizado pelo Conselho Consultivo Local da Guarda.

Relativamente aos **aspetos negativos**, os participantes referiram a pouca visibilidade por parte dos meios de comunicação social; o pouco tempo disponibilizado para os grupos de trabalho e para as visitas institucionais no sentido de fomentar a partilha e a reflexão em conjunto das temáticas e, por fim, a não comparência dos convidados designadamente das Comissões Parlamentares (Segurança Social e do Trabalho; Ética, Cidadania e Comunicação; Subcomissão da Igualdade da Comissão dos Assuntos Constitucionais) e do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social. Relativamente a esta questão, salienta-se que apenas foi possível contar com a participação do Representante do Ano Europeu dos Cidadãos e com a Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal. Em termos de visibilidade pública, houve registo de três artigos sobre o evento nos seguintes meios de comunicação: Jornal Público; Correio da Manhã e Jornal de Notícias. No entanto, podemos considerar que as metodologias utilizadas ao longo do evento revelaram-se eficientes e as mais adequadas tendo presente o perfil dos participantes e os objetivos que se pretendiam alcançar.

Para futuros encontros de associados, os participantes apresentaram as seguintes sugestões: apostar numa maior divulgação do encontro junto dos meios de comunicação social; dar continuidade às metodologias utilizadas nos fóruns anteriores (visitas institucionais, os grupos de trabalho, apresentações criativas, teatro-fórum); apostar no lobby e no impacto das mensagens/conclusões do encontro junto das entidades responsáveis pela definição de estratégias e medidas de combate à pobreza e exclusão social; continuar a apostar na presença e na participação das entidades responsáveis por esta temática a nível governamental, assim como a participação de outros atores-chave, como por exemplo o sector empresarial.

No entanto, em termos gerais a avaliação é muito positiva, ressaltando a organização e as metodologias utilizadas como aspetos fundamentais para o sucesso deste encontro. Este sucesso é visível nos seguintes testemunhos de alguns participantes: *“Para mim este encontro foi 5 estrelas”*; *“Gostei muito de ter participado. O meu muito obrigado”*; *“Parabéns pelo trabalho e pela organização”*, *“Gostei da informalidade do encontro”*, *“Este fórum foi bastante bom, pelo que melhorar não vai ser fácil, mas há que tentar”*. Contudo, sabemos que é importante estar atento às mutações da realidade, tentando sempre melhorar o trabalho que é desenvolvido junto das pessoas que vivenciam situações de desfavorecimento social. Assim, o objetivo da EAPN Portugal é que este momento evidencie as dificuldades que os cidadãos vivenciam atualmente promovendo a sua participação e o seu envolvimento efetivo na luta contra a pobreza e a exclusão social. Neste sentido, continuaremos a apostar na realização destes encontros de partilha e de reflexão sobre os desafios atuais que o combate à pobreza e à exclusão social exige e para os quais é fundamental a participação de todos os cidadãos.

## **6. CONCLUSÃO FINAL**

Nos últimos 5 anos a organização tem apostado na promoção da participação e do envolvimento efetivo das pessoas que se encontram numa situação de desfavorecimento social de forma a contribuírem para o combate da pobreza e da exclusão social. Assim, o trabalho efetuado neste fórum, e particularmente junto dos Conselhos Consultivos Locais, não termina aqui, pois estamos perante grandes desafios que nos responsabilizam a todos, não apenas aos partidos políticos e às organizações sociais, mas todos nós temos uma responsabilidade individual e coletiva na erradicação da pobreza.

Para os participantes das várias localidades do país, este fórum assumiu uma importância significativa nos trabalhos desenvolvidos ao longo dos dois dias, visto que tiveram a possibilidade de transmitir as suas perceções, angústias, dificuldades e sobretudo, as suas preocupações relativamente ao futuro. Tiveram, igualmente, oportunidade de conhecer experiências e estratégias que estão a ser implementadas em Setúbal e em Lisboa para ultrapassar situações de desfavorecimento social.

Importa ainda referir que ao longo do encontro verificou-se uma maior coesão entre os diferentes Conselhos Consultivos Locais, assim como um maior sentimento de pertença à organização, sendo estes membros, elementos ativos na transmissão dos valores, missão e visão da organização na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Para a EAPN Portugal, foi mais “um passo em frente” ao nível da participação e envolvimento ativo das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social nos seus próprios processos de inclusão. Importa ainda referir que este encontro constituiu um momento importante para o trabalho que a organização desenvolve neste domínio, demonstrando que a participação das pessoas mais vulneráveis é possível e que têm contributos válidos para a luta contra a pobreza e a exclusão social.

**Outubro 2013**

## Anexo 1



V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Costa da Caparica, 14 e 15 de outubro de 2013

Documento Síntese CCL

V Fórum Nacional  
Direitos Fundamentais e Cidadania  
- Documento Síntese -

outubro de 2013

1. Como é que o contexto de crise influencia a vossa vida no dia-a-dia?

Existem vários fatores de perturbação daquilo que pode ser considerado o dia-a-dia das pessoas - com alguma dignidade - do ponto de vista económico, social, psicológico e mesmo pessoal, que são provocados pelo despoletar da crise socioeconómica. Podemos considerar dois grandes grupos de fatores: um com características mais “macro” e outro mais “micro”, ou, por outras palavras, de ordem mais “social” e outra mais “individual”:

- Em termos gerais considera-se que o contexto de crise provocou um **empobrecimento generalizado da população** e, conseqüentemente, uma degradação das condições de vida colocando em causa a garantia de alguns direitos e a própria dignidade das pessoas. Existe assim um sentimento de agravamento das desigualdades sociais e das oportunidades para todos.
- A **questão salarial** surge como a grande preocupação das pessoas que se reflete nas seguintes situações: redução salarial por via do aumento da carga fiscal e conseqüentemente uma redução mensal do rendimento disponível das famílias; redução do pagamento/hora em determinadas atividades profissionais; oferta de uma remuneração mais baixa, para um trabalho a desempenhar por parte das entidades empregadoras, entre outras situações.
- Com a **redução do rendimento disponível das famílias**, surgem em conseqüência, vários tipos de situações e privações:
  - a) redução substancial de recursos, serviços e bens (desde os produtos e bens de lazer, aos mais essenciais tais como as despesas com a educação, a saúde e mesmo bens alimentares, conduzindo as famílias a um consumo de bens mais baratos e de menor qualidade);
  - b) maior esforço para gerir a fatia do orçamento familiar destinado a este tipo de consumo, reduzindo-o para outro tipo de gastos nas famílias. Em situações mais extremas, muitas famílias, recorrem à ajuda alimentar por parte das instituições que possuem este tipo de respostas, verificando-se igualmente o seu aumento e a falta de capacidade das instituições em fazer face a essas situações devido á falta de recursos económicos e humanos;
  - c) dificuldades em fazer a uma despesa extraordinária e inesperada, por parte da maioria das famílias. O orçamento mensal é muitas vezes contado e gerido para cobrir as despesas calculadas e previstas. Assim, uma qualquer situação não prevista provoca grandes dificuldades de gestão.
- **Educação** – esta área foi referida pela maior parte dos elementos dos CCL, visto que as famílias verificaram um **aumento de despesas considerável nesta área**, designadamente ao nível do pagamento



das cantinas escolares, propinas universitárias, compra de material escolar, entre outros. Paralelamente, foi mencionado igualmente a redução do abono de família e outras prestações sociais que ajudavam a fazer face a estas despesas. Com esta situação de redução e em alguns casos de cortes total, as famílias não conseguem fazer face a este tipo de despesas. Importa ainda referir que existe a ideia generalizada da degradação dos serviços públicos de educação que se reflete nas seguintes situações: turmas maiores, dificuldade na colocação de professores, apoios escolares reduzidos.

- **Saúde** - esta situação é visível através do aumento das listas de espera, do número reduzido de medicamentos não comparticipados o que provoca a impossibilidade das pessoas não adquirirem os medicamentos necessários para os seus tratamentos médicos, colocando em causa a sua própria saúde, aumento das taxas moderadoras provocando a diminuição das consultas médicas. Em muitos casos evita-se as consultas médicas (fundamentalmente consultas de especialidade como dentista) como forma de poupança familiar e, muitas vezes, por falta de recursos económicos para fazer face a estas despesas.
- Dificuldade no **acesso à habitação** condigna e a custos suportáveis (no caso do aluguer de casa). Esta situação está a permitir o aumento de alojamentos sobrelotados. Verifica-se igualmente o aumento de famílias que têm de restituir as suas habitações ao banco ou aos senhorios devido ao incumprimento de pagamento de algumas prestações, muitas vezes por via de situações de desemprego ou falta de rendimento familiar para assegurar esta despesa. Importa salientar que a maior parte das pessoas considera que parque habitacional nos grandes centros urbanos está muito degradado, particularmente nos centros das cidades, não existindo assim um investimento por parte do poder local nestas situações.
- **Clima psicológico marcado pelo medo**: medo de perder o emprego, medo de perder a casa, medo de não ter meios suficientes para dar de comer aos filhos, medo do futuro, medo da degradação dos serviços públicos, medo de não vir a ter os rendimentos suficientes para a velhice, medo que o dinheiro não chegue ao final do mês, medo que os filhos venham a enfrentar privações maiores que os pais. Sentimento de privação, que surge associado à angústia de não poder facultar aos filhos uma vida melhor. Este sentimento encontra-se associado igualmente a um sentimento de insegurança e de incerteza face ao “dia de amanhã.
- Associado ao item anterior, verifica-se o **aumento de estados depressivos** e sentimentos de tristeza e desânimo, o que influencia negativamente as relações interpessoais e profissionais.
- **Privação de bens e serviços relacionados com a vida social e cultural.**
- **Redução das prestações sociais**, designadamente do RSI, pensões, entre outros. Foi igualmente referido que para além do corte que algumas famílias vivenciaram nas prestações sociais, o acesso a estas prestações tornou-se mais difícil devido aos critérios definidos. Neste sentido, estas medidas deixam de fora - e sem qualquer suporte económico - muitas famílias, verificando-se o aumento de

famílias que não possuem qualquer rendimento para fazer face às suas despesas mensais. Importa ainda salientar que verifica-se também uma menor qualidade de vida por parte de alguns grupos de pessoas, no qual se destaca os idosos.

## 2. Qual o orçamento de referência para uma vida digna?

Neste item, pedia-se aos CCL que, com base numa família de dois adultos e duas crianças, calculassem o “*orçamento de referência para uma vida digna*”, tendo como base uma listagem de bens e serviços essenciais, contemplando não apenas a alimentação e produtos de primeira necessidade, mas também bens que são essenciais para uma pessoa viver com dignidade, designadamente: despesas com energias, telecomunicações, ensino, saúde, transportes e lazer/cultura.

Os valores obtidos, são muito díspares e refletem a grande diversidade de opiniões no seio dos grupos, no entanto chegou-se a um **valor “médio”, que oscila entre os 1500 € e os 2000 €**, ou seja aproximadamente o **valor de um salário mínimo (485€) por pessoa**. Estes valores contemplam um conjunto de itens bastante alargado e têm em conta variadíssimos fatores: se a família tem casa própria (e hipoteca ao banco), se é arrendada, se os seus membros trabalham longe ou perto do local onde residem, se as crianças estudam numa escola nos arredores, etc. No entanto, estes valores tiveram em comum apenas bens considerados essenciais e não “supérfluos” do tipo: carro próprio, empréstimos ao consumo, semanas de férias fora da habitação, etc.

## 3. Que recursos (materiais e imateriais) podemos mobilizar para garantir o bem-estar comum?

- Estímulo da economia através da **criação de emprego em áreas que poderão ser consideradas o potencial de desenvolvimento do nosso país**: a agricultura, as pescas e as indústrias relacionadas com o mar, o turismo, a economia social, as energias renováveis e as novas tecnologias, mas também a reabilitação do comércio tradicional e os ofícios tradicionais, particularmente porque se assiste ao crescimento deste tipo de negócios e competências.
- Associado à criação e estímulo ao emprego e ao desenvolvimento económico, deveria estar intimamente relacionado uma **política de desenvolvimento da responsabilidade social das empresas e da cidadania empresarial**, como forma de garantir direitos e deveres dos trabalhadores, no quadro de um código de trabalho justo e de salários dignos.
- **Incentivos às exportações e ao desenvolvimento de uma campanha de promoção de produtos portugueses**, quer no estrangeiro, quer a nível nacional. Procura de novos mercados em países com grande potencial de crescimento.
- **Combate à corrupção, à fraude e ao enriquecimento ilícito**. Promoção de medidas tendentes à “justiça fiscal” e a criação de uma política de impostos que tenha impacto na redução da pobreza.
- **Promoção da participação da sociedade na luta pelos “direitos civis”**, pela igualdade de oportunidades, a reposição dos serviços públicos de qualidade, a garantia das prestações sociais que ajudem o combater a pobreza.

- **Criação de um teto máximo de salários de forma a combater a disparidade salarial no país** e a promover uma maior equidade.
- **Assegurar o emprego, como uma das garantias de uma vida digna**, não apenas para os próprios como para os filhos, que também vivenciam situações de desemprego e que promovem a incerteza e a indefinição face aos seus projetos de vida.
- **Maior solidariedade entre as pessoas** (o que já acontece em determinados meios rurais), incentivando as trocas diretas e outras formas de incentivo à solidariedade, como por exemplo: banco do tempo, banco alimentar, banco do livro e do medicamento.
- **Promoção da cultura, ecologia, desenvolvimento sustentável, projetos potenciadores de atividades locais e regionais.** Todas estas formas como criadoras de emprego, mas igualmente como promotoras de valores mais positivos e potenciadores da solidariedade e justiça social.
- **Promover o acesso à habitação a preços razoáveis e justos**, assim como assegurar uma rede de transportes públicos eficazes. Promoção da reabilitação urbana, como forma de criar emprego e de reabilitar os parques habitacionais degradados existentes.
- **Aposta em apoios sociais**, como forma de garantir a sobrevivência dos mais desfavorecidos, assegurando o acesso a oportunidades de emprego e/ou formação profissional e garantir um rendimento adequado para os que já estão afastados do mercado de trabalho.

#### 4. Que estratégias devemos implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?

- **Campanhas que ajudem a combater e a desconstruir mitos e estereótipos** (junto de vários agentes, com um destaque particular para os meios de comunicação social e para as nossas relações sociais), deixando de “alimentar” os mitos existentes na área da pobreza e da exclusão social: “pobres subsidiados”, “desempregados preguiçosos”, entre outros. Estas campanhas devem sobretudo estimular a solidariedade e a cooperação, a promoção dos direitos de cidadania e a responsabilidade de todos no combate à pobreza e à exclusão social.
- Investimento em **metodologias inovadoras**: banco do tempo, microcrédito, empreendedorismo social, bancos de trocas diretas e outras formas de solidariedade e desenvolvimento.
- **Promover a procura ativa de emprego**, promovendo o aumento das competências ao nível da inovação e do empreendedorismo.
- Ao nível mais macro: aumentar a produção, criar mais postos de trabalho, combater a corrupção, promover a distribuição equitativa de “recursos” e ao nível mais micro: fomentar a ajuda mútua, a amizade, solidariedade entre as pessoas, etc.

- Ações de sensibilização para a melhor gestão dos recursos familiares
- Desenvolver o **associativismo e formas de entreajuda**, como motor do desenvolvimento de ideias.
- **Qualificação das instituições do Estado**, como melhoria dos serviços públicos, tendo em conta, a garantia do acesso de toda a população aos principais bens e serviços.
- **Emprego e formação profissional** jogam um papel fundamental na diminuição dos índices de pobreza e contribuem diretamente em atividades geradoras de emprego. Assim, deve de existir um investimento a este nível.

## Anexo 2



V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Costa da Caparica, 14 e 15 de outubro de 2013

Distribuição dos Grupos de Trabalho



## Grupos de Trabalho

Grupo I	Grupo II	Grupo III	Grupo IV
Domingas Figueiredo	Amândio Figueiredo	Francisco Manuel Ricco	José Rafael Ferreira
Prudêncio Canhoto	Adérito Oliveira	Adelino Neto	Jeremias Barão
Maria do Céu Pinheiro	João Martins	Joaquina Ferraz	Luís Filipe Amado
Angelina Afonso	Maria do Carmo Susana	Isabel Mouta	Abel Araújo
Luísa Maria Nunes	Armando Loureiro	Lucinda Ribeiro	Natália Fonte
Maria Manuela Martins	Maria da Conceição Correia	Ana Pereira	Beia M'Bomba
Cidália Barriga	Elísia Correia	Maria de Lurdes Pais	Vera Santos
António Correia	Joaquim Monteiro Santos	Felisberto da Costa	Alice Catarino
Paula Nunes	Jorge Silva	Maria Fernanda Paulino	João Higinio Costa
Dina Sousa	Paulo Violante	Teresa Santos	Alfredo Teles
Maria João Neves	Teresa Antunes	Ema Mourinho	Maria Luísa Silva
Belarmino Liuanhica	Cármem Rangel	António Meneses	Carlos Marinho
Maria Helena Ribeiro	José Belchior Silva	Adélia Fernandes	Jaime Filipe
Ana Rafael	Manuel Sousa	José Moreira	João Almeida
Fernando Silva Loureiro	Andreia Teixeira	João Pina	Ana Regina Magalhães
João Seabra	Cláudia Albergaria	José Machado	Isabel Amorim
Ivone Florêncio	Sónia Lima	Ricardina Baptista	Patrícia Arrais
Paula Montez	Maria José Guerreiro	Dionisia Pedro	Ana Vizinho
Anselmo Prudêncio			
<b>Facilitadora:</b> Maria José Vicente <b>Relatora:</b> Catarina Oliveira /Ana Santos (Bragança)	<b>Facilitador:</b> Júlio Paiva <b>Relatora:</b> Patrícia Grilo /Henrique Silva (Portalegre)	<b>Facilitador:</b> Maria José Domingos <b>Relatora:</b> Susana Lima / Ana Paula Almeida (Guarda)	<b>Facilitadora:</b> Cristina Mamede <b>Relatora:</b> Isabel Lourinho Teresa Cardante (Évora)



### Anexo 3



V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Costa da Caparica, 14 e 15 de outubro de 2013

Listagem de Participantes

# V Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza Costa da Caparica, 14 e 15 de Outubro de 2013

## Listagem de Participantes

	Participante	Concelho	Instituição	Idade
<b>Aveiro</b>	Domingas Figueiredo	Aveiro	EAPN Núcleo de Aveiro	58
	Amândio Boaventura Figueiredo	Aveiro	EAPN Núcleo de Aveiro	64
	Francisco Manuel de Oliveira Rico	Aveiro	EAPN Núcleo de Aveiro	51
	José Rafael Rodrigues Ferreira	Aveiro	EAPN Núcleo de Aveiro	63
	João Rodrigues Seabra	Aveiro	EAPN Núcleo de Aveiro	43
<b>Beja</b>	Prudêncio Manuel Fonseca Canhoto	Beja	EAPN Núcleo de Beja	41
	Aderito Oliveira	Beja	EAPN Núcleo de Beja	28
	Adelino Manuel Calado Neto	Beja	EAPN Núcleo de Beja	61
	Jeremias Bruno Barão	Beja	EAPN Núcleo de Beja	22
<b>Braga</b>	João da Silva Martins	Braga	EAPN Núcleo de Braga	68
	Joaquina Senra Fernandes Ferraz	Vila Verde	EAPN Núcleo de Braga	53
<b>Bragança</b>	Luis Filipe Amado	Bragança	EAPN Núcleo de Bragança	31
	Angelina Alice Afonso	Bragança	EAPN Núcleo de Bragança	41
	Ana Cristina Correia dos Santos Falcão	Bragança	EAPN Núcleo de Bragança	46
	Isabel Maria Ribeiro Mouta	Bragança	EAPN Núcleo de Bragança	43
<b>Castelo Branco</b>	Abel José Martins Araújo	Castelo Branco	EAPN Núcleo Castelo Branco	45
	Luísa Maria Nunes	Castelo Branco	EAPN Núcleo Castelo Branco	50
	Maria do Carmo Cabeças Susana	Fundão	EAPN Núcleo Castelo Branco	56
	Lucinda de Jesus Alberto Ribeiro	Fundão	EAPN Núcleo Castelo Branco	68
<b>Coimbra</b>	Maria Manuela Duarte Silva Martins Rodrigues	Figueira Foz	EAPN Núcleo Coimbra	64
	Armando Rodrigues Loureiro	Figueira Foz	EAPN Núcleo Coimbra	67
<b>Évora</b>	Teresa Paula Azinheira Cardante	Viana do Alentejo	EAPN Núcleo Évora	43
	Beia M'Bombe	Viana do Alentejo	EAPN Núcleo Évora	53
	Cidália da Conceição Tomé Barriga	Évora	EAPN Núcleo Évora	39
	Maria da Conceição Corista Correia Arcadesilio	Viana do Alentejo	EAPN Núcleo Évora	48
<b>Faro</b>	Ana Maria Baptista Pereira	Loulé	EAPN Núcleo Faro	39
	Vera Lúcia Fernandes dos Santos	Faro	EAPN Núcleo Faro	29
	António Correia	Loulé	EAPN Núcleo Faro	42
	Elísia Maria Diniz Correia	Faro	EAPN Núcleo Faro	52
<b>Guarda</b>	Maria de Lurdes Cristina Pais	Guarda	EAPN Núcleo Guarda	42
	Ana Paula Rodrigues de Almeida	Guarda	EAPN Núcleo Guarda	44
	Paula Cristina Magalhães Nunes	Guarda	EAPN Núcleo Guarda	37
	Joaquim Monteiro dos Santos	Guarda	EAPN Núcleo Guarda	57
	Felisberto Costa	Guarda	EAPN Núcleo Guarda	30
<b>Leiria</b>	Alice da Silva Catarino	Leiria	EAPN Núcleo Leiria	61
	Dina Alexandra do Couto de Sousa Campos	Leiria	EAPN Núcleo Leiria	39

	Jorge Isidro Cardinali da Silva	Leiria	EAPN Núcleo Leiria	47
	Maria Fernanda dos Santos Paulino	Leiria	EAPN Núcleo Leiria	63
<b>Lisboa</b>	João Higino da Costa	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	57
	Maria João Maldonado Cardoso das Neves	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	46
	Paulo Jorge Abreu Violante	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	
	Teresa Santos	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	
	Alfredo Teles	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	
	Belarmino Ferreira Liuanhica	Lisboa	EAPN Núcleo Lisboa	55
<b>Portalegre</b>	Teresa Maria Ferreira Antunes	Portalegre	EAPN Núcleo Portalegre	58
	Maria Luísa Palhas da Silva	Portalegre	EAPN Núcleo Portalegre	43
	Henrique Jorge Carreira e Silva	Portalegre	EAPN Núcleo Portalegre	
<b>Porto</b>	Carmen Ribeiro de Araújo Rangel Pamplona	Porto	EAPN Núcleo Porto	49
	António José da Silva de Meneses	Valongo	EAPN Núcleo Porto	48
<b>Santarem</b>	Maria Helena Ribeiro	Santarém	EAPN Núcleo de Santarém	45
<b>Setúbal</b>	Jaime Freitas da Costa Filipe	Palmela	EAPN Núcleo de Setúbal	40
	Ana Maria de Fátima Rafael	Montijo	EAPN Núcleo de Setúbal	42
<b>Viana do Castelo</b>	Manuel Sousa	Viana Castelo	EAPN Núcleo de Viana Castelo	56
	José Moreira	Viana Castelo	EAPN Núcleo de Viana do Castelo	32
<b>Vila Real</b>	Ana Regina Magalhães	Vila Real	EAPN Núcleo de Vila Real	21
<b>Viseu</b>	Fernando Silva Loureiro	Viseu	EAPN Núcleo de Viseu	46
	Andreia Maria Barbosa Teixeira	Viseu	EAPN Núcleo de Viseu	40
	João Pina	Viseu	EAPN Núcleo de Viseu	37
	João António dos Santos Almeida	Viseu	EAPN Núcleo de Viseu	37

## Anexo 4



V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Costa da Caparica, 14 e 15 de outubro de 2013

Documento de Conclusões



## V Fórum Nacional

**14 e 15 de outubro de 2013 | Costa da Caparica**

Nos dias 14 e 15 de Outubro estiveram reunidos na Costa da Caparica cerca de 80 cidadãos que vivenciam ou já vivenciaram situações de pobreza e exclusão social, no V Fórum Nacional promovido pela EAPN Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza que se assinala a 17 de Outubro.

A metodologia do encontro incidiu na realização de quatro grupos de trabalho temáticos, no sentido de promover uma reflexão e um debate alargado sobre as seguintes questões:

- 1ª Qual o impacto social da crise no quotidiano dos cidadãos?**
- 2ª Qual o orçamento de referência para uma vida digna?**
- 3ª Que recursos (materiais e imateriais) mobilizar para garantir o bem-estar comum?**
- 4ª Que estratégias implementar para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza?**

Deste momento de trabalho resultaram as seguintes conclusões:

### **1 - Impacto Social da Crise**

Os cidadãos presentes ressaltaram que uma das principais consequências negativas da crise atual é o agravamento do acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente pela ausência de oportunidades mas também por outras condicionantes como a idade, as baixas qualificações e também a falta de reconhecimento de competências.

A saúde foi também uma área mencionada, nomeadamente pela falta de recursos económicos para ter acesso aos principais serviços de saúde, muitos dos participantes referiram ter grandes dificuldades ao nível do pagamento das taxas moderadoras e na compra de medicamentos. Foi também igualmente referida a ausência de oferta de serviços de saúde em algumas regiões do país, nomeadamente do interior.

A crise tem também contribuído para o aumento das doenças do foro psicológico, aumento do consumo de antidepressivos e dos suicídios.

Outro problema identificado pelos participantes foi a diminuição da qualidade da alimentação, a opção hoje passa pela compra de produtos mais baratos, sem ter em consideração uma alimentação

mais equilibrada e diversificada, como por exemplo consumo de carne (fundamentalmente frango e porco) em detrimento do consumo de peixe. Para além deste facto muitos referiram que muitas famílias só conseguem fazer uma refeição quente por dia, sendo esta situação colmatada pelas refeições escolares que são proporcionadas às crianças e jovens em idade escolar.

A habitação foi uma das dimensões abordadas, nomeadamente a dificuldade em assegurar o cumprimento das rendas ou empréstimos bancários, levando à entrega das casas aos bancos e aumento dos despejos. Esta situação está na origem do regresso de muitos à casa dos pais, verificando-se uma sobrelotação dos alojamentos.

O enfraquecimento das relações sociais e a quebra das relações de proximidade têm provocado o isolamento e o afastamento das pessoas das suas relações de convivialidade. Por outro lado, assiste-se a um aumento das representações sociais negativas relativamente a determinados grupos da população que já se encontram numa situação de grande vulnerabilidade social como por exemplo imigrantes, comunidades ciganas, beneficiários do rendimento social de inserção, entre outros.

Entre os grupos de população mais afetados pela crise contam-se as crianças, os jovens, os idosos, os beneficiários do RSI e toda a classe média.

Em relação aos apoios sociais que tem sido alvo de revisões e de grandes cortes foram especialmente referidos os cortes no RSI, considerada uma prestação mínima de cidadania, os cortes no abono de família e as alterações na atribuição do subsídio de desemprego. Acentuando-se uma situação de perda de direitos, agravamento das condições de vida e do exercício da própria cidadania.

## **2 - Orçamento de referência**

A questão em debate passou por definir o conceito de uma vida digna. Para os participantes viver com dignidade implica ter estabilidade em várias dimensões nomeadamente emocional, espiritual e financeira. Ter dignidade implica ter liberdade, dar uma vida digna aos filhos, ter acesso a uma casa e alimentação condigna. Foi igualmente referida, a importância de cada cidadão se sentir útil e valorizado socialmente. Para determinar o valor do rendimento mínimo adequado os participantes definiram um conjunto de bens e serviços considerados fundamentais para uma vida digna e não apenas para subsistência.

Relativamente ao valor do salário mínimo, foi consensual que o valor em questão: **485€, é manifestamente insuficiente!**

## **3 - Recursos (materiais e imateriais) para garantir o bem-estar comum**

A abordagem dos recursos iniciou-se com a discussão em torno do conceito de bem-estar comum. Para os participantes este conceito está relacionado com o ter saúde, ter trabalho e ter uma estabilidade económica e financeira, assim como uma habitação condigna, alimentação e educação. Por outro lado, foram identificados também elementos imateriais que estão relacionados com a afetividade familiar, com a amizade, as relações sociais e o respeito pelos direitos humanos e sociais. Trata-se essencialmente das pessoas se sentirem respeitadas e fazer parte da comunidade onde estão inseridas.

Recursos materiais e imateriais identificados:

- Tempo – alguns participantes manifestaram disponibilidade para exercerem atividades de voluntariado social com jovens, idosos e crianças, em instituições da sua comunidade, salientando no entanto que esta deve ser uma opção individual de cada um e que deve ser devidamente enquadrado



no trabalho das instituições sendo estas responsáveis pela formação e pelo acompanhamento dos voluntários.

- Troca de conhecimentos e saberes, como por exemplo Bancos de Troca de Serviços.

Ao nível da comunidade foram também referidos alguns recursos que podem contribuir para o estar comum, em particular foi evidenciado o papel das escolas e das universidades seniores como espaço de aprendizagem e de participação social.

Foi também destacado o papel das associações que atuam em diferentes áreas e com diferentes grupos, permitindo ativar a participação e a cidadania, contribuindo para o bem-estar individual e coletivo.

Foi reforçada a ideia de haver um maior investimento na criação de empregos em áreas relacionadas com as relações de proximidade e economia social.

Outro recurso identificado prende-se com o aproveitamento dos solos para a agricultura nomeadamente para autoconsumo (ex. hortas comunitárias).

A reabilitação de casas devolutas, antigas escolas ou fábricas foi referida como um recurso importante que poderá ser acionado para garantir uma habitação para todos a preços acessíveis.

Foi igualmente focado o papel das empresas e a importância do desenvolvimento de uma política de responsabilidade social e de cidadania empresarial, aqui especialmente salientada a pertinência de desenvolver projetos de combate ao desperdício, nomeadamente alimentar.

Por ultimo, foi destacada a importância dos sistemas de proteção social serem reforçados em contexto de crise económica e social como condição essencial para o exercício da cidadania, fator fundamental para a coesão social e para a democracia.

#### **4 - Estratégias para mobilizar os cidadãos para o combate à pobreza**

Os participantes concluíram pela importância de desenvolver uma campanha de sensibilização e informação e de combate aos estereótipos sobre determinados grupos e problemáticas sociais. Ex. Os pobres não são pobres por serem preguiçosos e não querem trabalhar.

Outra ação identificada passa pelo aproveitamento dos recursos e a sua partilha pela comunidade. Esta ideia está associada ao reforço do trabalho em rede e de parceria e a uma gestão mais eficiente dos recursos existentes. Em complementaridade foi destacada a importância da qualificação dos serviços, apostando na formação contínua dos diversos profissionais, para que possam dar respostas mais adequadas às necessidades dos cidadãos.

Por fim, reiterou-se a importância do desenvolvimento de uma cultura de participação e de cidadania ativa, que contrarie a anomia, a indiferença, o individualismo face às questões da pobreza e da exclusão social. Reforçou-se igualmente a ideia de criar estruturas/mecanismos favoráveis à participação dos cidadãos. Para isso é necessário o comprometimento por parte de vários atores: os meios de comunicação social, as instituições sociais, o poder local e central, as empresas e associações e o cidadão comum.

## Anexo 5



V Fórum Nacional com Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social

Costa da Caparica, 14 e 15 de outubro de 2013

Mensagem EAPN Portugal 17 outubro 2013





**17 de Outubro – Dia Internacional Para a Erradicação da Pobreza**

**A POBREZA E A DEMOCRACIA SÃO INCOMPATÍVEIS**

**Mensagem da EAPN Portugal**

.....

## **O CONTEXTO GERAL**

A profunda crise financeira e económica, de alcance mundial, e os efeitos que dela derivaram e que se começaram a fazer sentir no ano 2008 estão a afetar de forma muito significativa o modelo social europeu, em particular nos países do sul da União Europeia (UE).

O impressionante aumento de pessoas a viver em risco de pobreza - atualmente 120 milhões! - é um escândalo e um sinal irrefutável e muito preocupante de que a UE não está a conseguir oferecer nenhum sinal de esperança de uma solução abrangente para a crise, com a maioria dos países a priorizar a austeridade como parte da solução, predominantemente neoliberal, liderada pelos mercados e por soluções macroeconómicas.

Especialmente em países sob programas da Troika, como é o caso de Portugal, os efeitos perversos das prioridades macroeconómicas focalizadas na austeridade são já claramente identificáveis: a queda do limiar de pobreza como paradigma do fenómeno do empobrecimento generalizado da população; o aumento dos trabalhadores pobres associados ao aumento do desemprego; o crescimento da pobreza infantil; o progressivo dismantelamento do estado social e o aumento das desigualdades sociais colocam-nos perante o desafio de uma mudança urgente.

Hoje, mais do que nunca, quando falamos de pobreza e exclusão social num contexto de crise económica e social, estamos perante um problema que atinge massivamente uma grande parte da população no nosso país. Sendo certo que esta realidade afeta todas as classes sociais, obviamente o seu impacto é mais sentido nos grupos sociais mais desfavorecidos.

Se por um lado, o esforço financeiro gerado pelas medidas negociadas com a *Troika* está a afetar drasticamente aqueles que possuem menos recursos e que mais dependem de ajudas do Estado, quer seja pela situação de desemprego, doença,

incapacidade ou outra, não é menos verdade que estes efeitos são transversais à sociedade portuguesa.

Muitos dos direitos económicos e sociais básicos estão actualmente a serem postos em causa ou, em parte significativa, a serem negligenciados. Em 2013/2014, o Governo e a *Troika* decidirão sobre um corte permanente de cerca de €4 mil milhões na despesa pública, na sua maioria em áreas muito relevantes do Estado-Social (saúde, educação, pensões e protecção social).

## **ANÁLISE POR ÁREAS ESPECÍFICAS**

### **Políticas Macroeconómicas**

As políticas macroeconómicas continuam a priorizar a austeridade: com um aumento dos cortes nos serviços públicos e benefícios / pensões, privatizações e cortes salariais. Este tipo de políticas tem prejudicado o consumo, a recuperação económica e têm gerado um aumento da pobreza, minando as bases do Estado Social.

O fosso das desigualdades está a aumentar por via do ataque aos níveis de rendimento (salários e apoios ao rendimento) e do falhanço ao nível de uma distribuição mais justa, por meio de uma tributação progressiva. Isto põe em causa a coesão social e a estabilidade.

### **Políticas de Emprego**

As medidas de políticas não têm sido bem-sucedidas em termos da criação de emprego. Pelo contrário, o desemprego aumentou de forma expressiva mantendo as pessoas presas na armadilha da pobreza perpétua.

A qualidade do trabalho e do emprego deteriorou-se e permanece sem solução. Não há investimento na criação de empregos de qualidade e muitos postos de trabalho existentes são precários e de baixa remuneração. Por outro lado, os desempregados, especialmente aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, estão a ser penalizados através de políticas e práticas de ativação compulsivas.

### **Educação e Políticas de Formação**

As medidas propostas são contra produtivas para a realização significativa das metas de Educação estabelecidas na Estratégia Europa 2020. Algumas medidas terão até efeitos muito negativos, particularmente sobre a pobreza infantil.

A política de educação não está definida com base numa abordagem inclusiva suficientemente ampla. Tal abordagem deveria ter em vista o bem-estar em sentido amplo e ter impacto na redução da pobreza, na inclusão social e na igualdade de oportunidades, especialmente dos grupos mais vulneráveis e, em particular, das crianças que vivem em situação de pobreza.



O apoio financeiro consistente às políticas educacionais está ameaçado pela austeridade e consolidação fiscal. A educação é uma das áreas mais atingidas por cortes na despesa social, e o progresso ao nível da concretização das metas para uma educação mais inclusiva não pode ser feito sem um investimento adequado.

#### **Políticas de Combate à Pobreza**

O objectivo de redução da pobreza não está ser levado a sério. A falta de transparência, visibilidade e coerência na escolha e utilização dos indicadores mina o papel fundamental que o objectivo poderia desempenhar na condução das prioridades para a redução da pobreza.

É fundamental implementar uma Estratégia Europeia e estratégias nacionais integradas para combater a pobreza. O investimento social pode ter um papel chave e deve desafiar a austeridade no sentido de fazer um maior investimento na protecção social universal.

#### **Participação e Governança**

As organizações que trabalham com e para as pessoas em situação de pobreza e exclusão social têm sido remetidas para um papel secundário sem terem oportunidade de se envolverem e participarem no processo de elaboração dos Relatórios Sociais Nacionais, o que, conseqüentemente, não lhes permite usufruírem de um espaço legítimo para influenciarem o atual conteúdo das políticas. É fundamental implementar uma participação significativa e de todas as partes interessadas. O envolvimento do Parlamento Nacional na definição de políticas de combate à pobreza é uma emergência.

#### **APELOS**

A Pobreza não é um acidente. É uma escolha política e económica. Por isso mesmo apelamos a todos os responsáveis políticos: façam agora a escolha contrária, antes que seja tarde demais!

A credibilidade política é fundamental, especialmente num momento em que grande parte dos cidadãos europeus começam a não acreditar em nada e, acima de tudo, a não confiar em nenhuma forma de poder político democrático. Encarem esta mensagem com seriedade e reconheçam que existe um risco muito forte de se quebrar completamente a coesão social e abirmos portas ao pior dos cenários: o aumento do ódio e do populismo político que pode conduzir-nos ao abismo que já experienciamos na nossa História recente.

É por estas razões que continuamos a insistir: combater a pobreza agora, não é apenas garantir uma vida melhor para uma grande parte dos cidadãos europeus que vivem em condições de enorme desfavorecimento; combater a pobreza agora, é salvar a Democracia e a Liberdade.





Assim, a mensagem geral da EAPN Portugal é de uma profunda preocupação com a chocante falta de progresso na meta da pobreza, a fraca visibilidade da Estratégia Europa 2020 nos Programas Nacionais de Reforma e o inaceitável défice democrático e participativo.

**Neste contexto, apelamos para a absoluta urgência de:**

1. Dar prioridade aos objectivos de luta contra a pobreza na agenda política e **desenhar e implementar uma Estratégia Nacional de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social**, que aborde a multidimensionalidade do fenómeno pela congregação articulada das diferentes estratégias específicas, bem como das diferentes políticas e medidas necessárias (na área do emprego, da educação e formação, da saúde, da proteção social, da habitação, etc.) para atingir os seus objetivos. Esta estratégia poderá – e deverá! – ser **parte integrante do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2014-2020)** e a sua elaboração, implementação e monitorização deve contar com uma **ampla participação da sociedade civil** e, em particular, com a voz daqueles que mais diretamente experienciam estes fenómenos.
2. Implementar políticas capazes de produzir uma **mais justa redistribuição dos recursos** – reverter o aumento dos trabalhadores pobres mediante a regulação de “salários dignos” e o acesso a um rendimento mínimo adequado.
3. **Reforçar o papel do Estado** como provedor do bem comum e da inclusão e coesão social, de forma a garantir o bem-estar universal e equitativo e os serviços necessários para a concretização desse bem-estar, nomeadamente aqueles que previnem as situações de pobreza e exclusão social.
4. **Combater o desemprego** e promover o crescimento com base em empregos de qualidade, remunerações justas, políticas de formação adequadas e incentivos para a inclusão de jovens e dos trabalhadores mais idosos. A este nível importará contar com uma desejável, e seguramente muito positiva, **participação da Economia Social**.
5. **Adoção de uma Estratégia de Inclusão Ativa** tendo em vista uma ação integrada das 3 áreas centrais da estratégia: acesso a um rendimento adequado, a um mercado de trabalho inclusivo e o acesso a serviços de qualidade, incluindo aqueles que mais diretamente se relacionam com a educação / formação.
6. Iniciar, de forma coerente e equitativa, a **consolidação de políticas capazes de assegurar uma maior justiça fiscal** e melhores políticas orientadas para combater a desigualdade.

EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza \* Outubro 2013

